

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E DA AMAZÔNIA**

**REQUERIMENTO N° , DE 2013.
(Do Deputado Miriquinho Batista)**

Requer a realização de reunião de audiência pública para debater a situação dos trabalhadores, condições de trabalho e as demissões involuntárias da rede Celpa.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa, com fulcro nos artigos 32, inc. II, 24, inc. XIV, 255 e 256, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada reunião de audiência pública para debater "A situação dos trabalhadores e trabalhadores da CELPA e suas demissões involuntárias". Na referida reunião de audiência pública, a ser marcada posteriormente, deverão ser ouvidos representante da Rede CELPA, presidente do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará, funcionários da Rede CELPA, sociedade civil, representante do Ministério do Trabalho, Representante do Ministério de Minas e Energia,

representante da Comissão de Direitos Humanos e representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

JUSTIFICATIVA

Após reunião com o Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará - legal e legítimo representante dos Trabalhadores/as da CELPA/EQUATORIAL - e diversas reuniões com os trabalhadores, sentimos a necessidade de intervir - positivamente - no sentido de assegurar aos trabalhadores condições dignas de trabalho e a interrupção das demissões involuntárias. Abaixo elencamos alguns dados que corroboram com este requerimento de audiência pública.

- A CELPA foi privatizada em 1998, pelo Governo do PSDB e entregue a um grupo paulista de nome rede energia;
- Até novembro de 2012, ou seja, 14 anos de concessão, o Grupo Rede, cometeu as maiores atrocidades com os consumidores e com os seus trabalhadores no Pará;
- Baixo investimento na manutenção, expansão e melhoramento do sistema elétrico no Estado;
- A CELPA foi utilizada como banco para financiamento das outras concessionárias do Grupo, com

transferências de recursos para a *holding* em São Paulo, em detrimento de aplicação no sistema local;

- O Grupo Rede demitiu trabalhadores, substituindo-os por serviços terceirizados, o que precarizam os índices de qualidade da Empresa em todo o Pará;
- A CELPA por consequência, submete-se a um regime de recuperação judicial com débitos da ordem de 3 bilhões de reais, desde de fevereiro/2012;
- Em novembro de 2012, o controle acionário da CELPA foi transferido a outro grupo de nome EQUATORIAL ENERGIA, mesmo controlador da concessionária de energia CEMAR no Maranhão, de origem no sistema financeiro;
- O histórico do Grupo EQUATORIAL, no Maranhão, é de demissão em massa e permanente de trabalhadores e terceirização exagerada das atividades-fim da empresa, com uma relação de 5 trabalhadores terceirizados para cada 1 trabalhador efetivo. A Cemar possui 6.079 terceirizados e 1.182 empregados próprios;
- Para assumir a Celpa o Grupo Equatorial Energia exigiu da ANEEL aumento de tarifa, o que foi concedido. É bom lembrar que a CEMAR possui a 2ª maior tarifa do Brasil;
- No mês de abril/2013, a CELPA/EQUATORIAL, lançou um Plano de demissão voluntária-PDV, com a

intenção de desligar 564 empregados, que significa 27% de sua mão de obra própria;

- Esgotado o prazo para adesão, resultou em aproximadamente 240 trabalhadores (as) que solicitaram seus desligamentos da empresa;
- Acontece que, inesperadamente, a CELPA/EQUATORIAL, colocou em prática inúmeras demissões de forma imotivada, que está provocando um clima de apreensão e de revolta nos trabalhadores;
- Provocado pela categoria, o Sindicato dos Urbanitários, realiza mobilizações na base para contestar e impedir novas demissões, que culminou com a aprovação em Assembleia Geral dos Trabalhadores de GREVE POR TEMPO INDETERMINADO a partir do dia 22/05/2013, caso a Empresa não acorde com esta Entidade a interrupção das dispensas imotivadas.
- Este processo de demissão e consequente terceirização das atividades levará a CELPA/EQUATORIAL a continuar com os maus serviços prestados a nossa população.
- Estamos enfrentando um grupo poderoso, que tem seus tentáculos principalmente na imprensa e algumas instituições dos poderes legislativo, executivo e judiciário, que age de forma autoritária, inclusive com práticas anti-sindicais, para impedir conquistas da

classe trabalhadora e obter o lucro fácil e incomensurável.

Diante do exposto, solicito aos meus pares nesta Comissão o apoio para a realização da referida audiência.

Sala das Comissões, 4 junho de 2013.

MIRIQUINHO BATISTA
Deputado Federal - PT/PA

